

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ATA NÚMERO SETE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA DEZOITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Santiago do Cacém na Sala de Sessões da Sede do Município, compareceram a Senhora Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Daniela Filipa Cópio Martins, Norberto Valente Barradas, Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito e Francisco Maria Carrajola de Sousa, Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal.-----

Verificou-se a ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador Albano Pereira.-----

Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta, pela Senhora Vice-Presidente, às onze horas.-----

Seguidamente, a Senhora Vice-Presidente colocou para discussão e aprovação a ata número seis de reunião anterior, a qual foi aprovada, por unanimidade.-----
O Senhor Vereador Paulo Gamito não votou, por não ter estado presente na reunião.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA-----

Foi deliberado, por unanimidade, considerar justificadas as ausências do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Albano Pereira.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

REPARAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO À QUINTA DE VALE VERDE-----

A Senhora Vice-Presidente concedeu a palavra ao Munícipe presente, Senhor Alexandre Varela, o qual referiu que aquela estrada que aguardava uma intervenção desde dois mil e onze atingiu um estado caótico, originando graves prejuízos à sua atividade, Discoteca Alexander's. Acrescentou que a mesma ficou muito danificada com a circulação dos camiões da empresa a quem foi adjudicada uma obra pela empresa Águas de Santo André, tendo esta assumido o compromisso de reparar aquela via, o que até agora não cumpriu. Pelo que, apelou à Câmara Municipal para diligenciar junto da empresa Águas de Santo André no sentido da resolução do problema e intervir naquela via para minimizar o problema de circulação na mesma.-----

Mais referiu que existe uma estrada secundária que sai daquela via em direção à Estrada que vem de Sines (EN261-3), a qual poderá ser utilizada como alternativa de acesso, questionando se a mesma não podia ser alcatroada.-----

A Senhora Vice-Presidente referiu que conhecia os problemas expostos, mas não tinha o ponto de situação relativamente às diligências que já tinham sido feitas junto da empresa Águas de Santo André, pelo que iria colocar o assunto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

O Senhor Vereador Paulo Gamito referiu que tinha trazido este assunto à reunião de Câmara de vinte e oito de agosto de dois mil e catorze, o qual já se arrastava havia alguns anos, acrescentando que embora a Câmara Municipal não tenha uma responsabilidade direta pela situação, estava em causa a viabilidade de um estabelecimento emblemático no Município, o único do género que ainda se mantinha aberto, pelo que, considerou que devia haver um empenho redobrado da Autarquia na resolução do problema, tendo também em conta os postos de trabalho que estavam em causa.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ESTRADAS NO MUNICÍPIO – OBRAS INACABADAS -----

O Senhor Vereador Paulo Gamito referiu que o estado de graça do Governo estava passando e que gostava de ver o mesmo empenho das autarquias demonstrado junto do anterior Governo no sentido da conclusão das obras nas estradas nacionais que atravessam o Município, acrescentando que gostaria de saber se a posição das autarquias se mantém relativamente a esta matéria.-----

O Senhor Vereador Norberto Barradas referiu que o atual Governo tinha entrado em funções havia pouco tempo, pelo que, era prematuro exercer pressão sobre o mesmo relativamente a este assunto, acrescentando que, independentemente da necessidade de as autarquias prosseguirem as diligências junto das entidades responsáveis no sentido da conclusão daquelas obras, era necessário aguardar mais algum tempo pela sua concretização. Mais referiu que tinha sido o anterior Governo a suspender as obras entre Sines e Beja. -----

Referiu ainda que estava satisfeito com o novo Governo relativamente a algumas medidas que já tinham sido tomadas, considerando que o seu caminho não seria fácil, mas que o mesmo trouxera alguma esperança no que respeitava a algumas matérias, esperando que o novo Governo consiga desenvolver uma política positiva.-----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – ESTACIONAMENTO E SINALIZAÇÃO-----

O Senhor Vereador Norberto Barradas informou que foi concluído o estacionamento no Passeio da Abrigada, considerando que era uma obra que beneficiava a Cidade e ia ao encontro do reivindicado pelos munícipes.-----

Mais referiu que terá de ser revista a sinalização de entrada no estacionamento junto ao Café Aroma, alterando o sentido de circulação, para que as viaturas entrem no mesmo pela direita, junto aquele estabelecimento, saindo pelo lado onde estão as garagens. -----

UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO LITORAL ALENTEJO – NOMEAÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -----

O Senhor Vereador Francisco de Sousa referiu que na semana em curso tinha sido nomeado o novo Presidente do Conselho Diretivo daquela Unidade de Saúde, Dr. Paulo Espiga, desejando que o mesmo possa desenvolver um bom trabalho, tendo em conta a importância daquela Unidade de Saúde para os munícipes.-----

JUVENTUDE ATLÉTICO CLUBE (JAC) – INFORMAÇÃO-----

A Senhora Vice-Presidente referiu que o Presidente do Clube, Dr. Nuno Brás, estava inscrito para intervir na presente reunião, mas teve que se ausentar, acrescentando que o mesmo lhe tinha transmitido que o assunto que queria colocar tinha a ver com as diligências que efetuara junto do novo Secretário de Estado do Desporto, no sentido de lhe dar conhecimento dos problemas relativos aos encargos financeiros incomportáveis que resultaram do processo de construção do pavilhão do Clube, tendo mostrado a sua satisfação pela recetividade que lhe foi demonstrada por aquele responsável do Governo, o que lhe deu alguma esperança de que o assunto possa vir a ser resolvido. -----

Mas informou que transmitiu ao Presidente do JAC a disponibilidade da Câmara Municipal para continuar a ajudar no sentido da resolução do problema. -----

O Senhor Vereador Paulo Gamito referiu que o Senhor Presidente do JAC também o tinha informado sobre as suas diligências junto daquele responsável do Governo, esperando que seja bem-sucedido e que o Clube possa vir a ter aquele problema resolvido. -----

Mais referiu que ele e outros eleitos do PSD no Município também tinham feito diligências junto de responsáveis do anterior governo sobre este e outros assuntos importantes para o Município, mas que nem sempre foi possível obter as respostas pretendidas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

-----ORDEM DO DIA:-----

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia dezassete de fevereiro do corrente ano, eram as seguintes: -----

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.487,661,71 € (um milhão quatrocentos e oitenta e sete mil seiscientos e sessenta e um euros e setenta e um cêntimos). -----

OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 151.606,20 € (cento e cinquenta e um mil seiscientos e seis euros e vinte cêntimos). -----

-----OUTRAS DELIBERAÇÕES:-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Nomeação de Escrivãs de Execuções Fiscais -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo do Gabinete de Apoio à Presidência -----

APRESENTANTE: Senhora Vice- Presidente -----

TOMAR CONHECIMENTO do Despacho nº 008/GAP/2016, de 15 de fevereiro sobre a nomeação de escritãs de Execuções Fiscais, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pela Senhora Vice-Presidente e pelo Senhor Secretário da Reunião. ----

ENTIDADE: JOSÉ EDUARDO MARTINS GODINHO -----

ASSUNTO: Pedido de redução da tarifa variável de Resíduos Urbanos, da tarifa variável de Águas Residuais e aplicação do consumo de água no 3º escalão na fatura nº 001/144190/2015 no valor de 241,84€ -----

LOCALIZAÇÃO: Casas Novas, Cercal do Alentejo -----

REFERÊNCIA: Processo número vinte e três da Área Administrativa de Águas e Saneamento da Divisão de Administração Geral e Financeira -----

APRESENTANTE: Senhora Vice-Presidente. -----

PROPOSTA: Autorizar a redução de 20,66€ na tarifa variável de Resíduos Urbanos, a redução de 68,91€ na tarifa variável de Águas Residuais e a redução de 66,16€ na tarifa variável da Água (sem IVA) -----

FUNDAMENTOS: Deve ser atendido que os tarifários dos serviços de resíduos urbanos e águas residuais baseiam-se na indexação ao volume de água consumida, e que parte da água perdida não retorna à rede de saneamento nem reflete o volume de resíduos urbanos produzidos. -----

Deve ser atendido que o excesso de consumo decorrente de uma situação de rotura na rede predial, corresponde a um desperdício de água que não é utilizada na sua totalidade pelos utilizadores, pelo que se considera plausível o ajustamento da faturação, de forma a atenuar o impacto na fatura do consumo excecional e excessivo provocado por uma situação anómala. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade. -----

ENTIDADE: J. VILHENA CONSTRUÇÕES, LDA. -----

ASSUNTO: Transmissão do Direito de Superfície sobre o Lote 26 – Zona de Indústria Ligeira, Exp. III. -----

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André. -----

REFERÊNCIA: Processo nº 02-02.05/DAGF/PAT/2006 da Secção de Aprovisionamento e Património. -----

APRESENTANTE: Senhora Vice-Presidente. -----

PROPOSTA: UM - Autorizar a empresa J. Vilhena Construções, Lda., a transmitir o direito de superfície que incide sobre o lote 26, com a área de 774,00 m², sito na Z.I.L., Exp. III em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 4 586º e descrito na CRCPCA sob a ficha nº 003081/211096, da freguesia de Santo André, para o senhor João

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Paulo da Cruz Pereira Silva, condicionada ao pagamento prévio dos valores em dívida ao Município, relativos a direito de superfície.-----

DOIS - Deve o requerente apresentar no prazo de 30 dias após a celebração da respetiva escritura, cópia da mesma, na Secção de Aprovisionamento e Património.-----

FUNDAMENTOS: a) – Conforme condições de constituição do direito de superfície; -----

b) - De acordo com o solicitado pela requerente;-----

c) - Nos termos da alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade.-----

ENTIDADE: COFISI – INDÚSTRIA DE CARPINTARIA, LDA-----

ASSUNTO: Transmissão do Direito de Superfície sobre o Lote 36 – Zona de Indústria Ligeira, Exp. III, Vila Nova de Santo André.-----

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André.-----

REFERÊNCIA: Processo nº 102/DAGF/PAT/1999 da Secção de Aprovisionamento e Património.-----

APRESENTANTE: Senhora Vice-Presidente.-----

PROPOSTA: UM - Autorizar a empresa Cofisi – Indústria Ligeira, Lda., a transmitir o direito de superfície que incide sobre o lote 36, com a área de 1 440,00 m², sito na Z.I.L., Exp. III em Vila Nova de Santo André, descrito na CRCPCA sob a ficha nº 003091/211096, da freguesia de Santo André, para a empresa, “Transportes Leonor e Paulo Gonçalves”. ----

DOIS – Alterar o objeto do direito de superfície de “Instalação de Indústria de Carpintaria para a construção, fabricação de mobiliário de cozinha e outros fins, comércio de mobiliário e materiais de construção” para “Comércio de Madeira, Cortiço e Materiais de Construção”.

TRÊS - Deve o requerente apresentar no prazo de 30 dias após a celebração da respetiva escritura, cópia da mesma, na Secção de Aprovisionamento e Património.-----

FUNDAMENTOS: a) – Conforme condições de constituição do direito de superfície; -----

b) - De acordo com o solicitado pela requerente;-----

c) - Nos termos da alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade.-----

ENTIDADE: KOTAS BIKE TEAM -----

ASSUNTO: 7ª Maratona de BTT “Rota do Casqueiro”-----

REFERÊNCIA: Proc. 09/DCD/SMD/16.31.1.1 e Proc.01/TL/PROVA DESP./16-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Norberto Barradas -----

PROPOSTA: Apoiar a realização da 7ª Maratona de BTT “Rota do Casqueiro”, promovida pela Associação “Os Kotas Bike Team” no dia 28 de fevereiro de 2016, através da isenção do pagamento de taxas relativas ao Licenciamento da Prova Desportiva no valor de 16,26 €.

FUNDAMENTOS: De Facto: A Associação “Os Kotas Bike Team” tem-se revelado uma coletividade importante na dinamização e promoção da atividade desportiva, nomeadamente BTT e Atletismo, constituindo-se como elemento de importância significativa no processo de desenvolvimento sustentado do Município de Santiago do Cacém.-----

O evento a realizar é importante para a região, pela promoção turística que dela faz, bem como para a economia local.-----

De Direito: É competente para a isenção das taxas a Câmara Municipal, de acordo com o disposto no nº 2 do artº 6º do Regulamento Municipal de Taxas.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

IMPrensa - Tomado conhecimento. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, em minuta, cada uma das deliberações constantes desta ata nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi, pela Senhora Vice-Presidente, declarada encerrada a reunião pelas onze horas e trinta e cinco minutos. -----

Desta Reunião se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Vice-Presidente e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, exercendo as funções de Secretário. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal

O Secretário da Reunião
